



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 2/2016 - UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

**NÍVEL E**

**ENGENHEIRO – Área: ENGENHARIA SANITÁRIA**

**22 de maio de 2016**

**Nome:** \_\_\_\_\_ **Nº de Inscrição:** \_\_\_\_\_

**BOLETIM DE QUESTÕES**

**LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.**

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 45 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 25 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14:30 horas e término às 18:30 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 11 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 45.

LÍNGUA PORTUGUESA

**Chico Buarque e a era da grosseria online**

Os xingamentos ao cantor mostram que há uma migração para o mundo físico de um comportamento péssimo das redes sociais

01 Você deve ter visto o vídeo do cantor Chico Buarque sendo xingado por um grupo de  
02 jovens aparentemente alcoolizados. Um bate-boca típico de bar. O fato ocorreu na última  
03 segunda-feira (21), na saída de um restaurante no Leblon, na cidade do Rio de Janeiro. O vídeo  
04 publicado no *Glamurama* mostra o grupo de jovens em volta do cantor questionando o fato de ele  
05 defender publicamente o Partido dos Trabalhadores. [...]

06 Não houve agressão física. Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que  
07 marcou o ano de 2015 no Brasil. Em agosto, falamos em reportagem da ÉPOCA sobre o  
08 fenômeno que chamamos de "A era da grosseria online". Em algum momento, passamos a achar  
09 razoável tratar quem pensa diferente com xingamentos e pontapés virtuais. Em algum momento,  
10 passamos a achar bacana pegar o comentário de alguém, colocar numa comunidade com ideias  
11 contrárias e participar de sessões de linchamento virtual. Com o aval e o apoio de quem pensa  
12 como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos  
13 tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar.

14 O problema – e o caso de Chico é só mais um entre tantos, nos diferentes espectros  
15 políticos – é que esse comportamento vem gradativamente migrando para o mundo físico.  
16 Pessoas estão se sentindo à vontade para abordar quem pensa diferente na rua e disparar  
17 agressões físicas e verbais. Não se trata de liberdade de expressão ou de politicamente correto.  
18 Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi  
19 munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não  
20 suporta ser confrontado com uma opinião diferente.

21 [...]

22 Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância.  
23 Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto. Compartilhamos textos claramente  
24 mentirosos. Compartilhamos matérias de sites de humor, como o *Sensacionalista*, acreditando  
25 serem reais. Depois colocamos a culpa no Brasil. "Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei  
26 que fosse verdade". Achou mesmo ou de repente cegou-se diante da facilidade em espriar seu  
27 ódio e sua insatisfação?

28 É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a  
29 informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do  
30 celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.

31 [...]

32 Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre  
33 para o mundo físico. São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e  
34 consequências diferentes. [...]

35 As redes sociais são uma poderosa ferramenta para obter conhecimento, estreitar laços,  
36 conhecer gente nova, namorar, se entreter. Mas também se mostraram um habitat perfeito para a  
37 ignorância, a intolerância e a truculência. Não é difícil escolher quais dessas características  
38 deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.

BRUNO FERRARI 23/12/2015

Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2015/12/chico-buarque-e-era-da-grosseria-online.html>.

Acessado em 9/02/2016.

1 Em **Chico Buarque e a era da grosseria online**, Bruno Ferrari critica as pessoas que

- (A) agridem celebridades em redes sociais.
- (B) se excedem no consumo de álcool.
- (C) costumam ser agressivas.
- (D) não respeitam a opinião alheia.
- (E) se comportam de maneira antiética.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 2 No segundo parágrafo do texto, o autor optou pelo emprego da primeira pessoa do plural porque
- (A) concorda com a reportagem de Época.
  - (B) compartilha da opinião dos agressores.
  - (C) considera a “grosseria online” muito comum.
  - (D) se considera uma pessoa grosseira.
  - (E) pensa como a maioria dos internautas.
- 3 Em “Com o aval e o apoio de quem pensa como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar” (11 a 13), a palavra *visigodos* foi empregada como sinônimo de
- (A) bárbaros.
  - (B) estrangeiros.
  - (C) desbravadores.
  - (D) invasores.
  - (E) dominadores.
- 4 Do trecho “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não suporta ser confrontado com uma opinião diferente” (18 a 20), depreende-se que os autores dos “monólogos”
- (A) ignoram o fato de que existem *sites* e redes sociais que veiculam mentiras na internet.
  - (B) não costumam se certificar da legitimidade das fontes das informações que veiculam.
  - (C) tendem a divulgar informações falsas, mesmo que tenham consciência do que fazem.
  - (D) não admitem a possibilidade de estarem divulgando informações e fatos falsos.
  - (E) não se sentem responsáveis pela veracidade das informações que divulgam.
- 5 Em “Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância” (22), o autor poderia ter empregado a vírgula antes e depois da palavra *sobretudo* com o objetivo de
- (A) marcar duas pausas que ocorrem na expressão oral.
  - (B) separar duas orações que estão contidas no enunciado.
  - (C) atribuir ênfase ao advérbio que modifica o enunciado.
  - (D) evitar ambiguidade na compreensão do enunciado.
  - (E) deixar claro ao leitor o sentido do enunciado.
- 6 Em “Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei que fosse verdade” (25 a 26), o emprego das aspas se deve
- (A) à ironia que caracteriza o enunciado.
  - (B) ao emprego do discurso direto.
  - (C) ao sentido especial dado ao enunciado.
  - (D) à introdução de uma citação.
  - (E) à ênfase que se quis dar à ideia expressa.
- 7 No segundo enunciado do trecho “É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.” (28 a 30), o autor sugere que
- (A) os usuários de aparelhos de telefonia celular são preguiçosos.
  - (B) os computadores são mais lentos do que os telefones.
  - (C) a interação via telefone celular é mais rápida.
  - (D) é mais difícil navegar usando telefones celulares.
  - (E) a maioria da população não sabe utilizar o celular.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 8 Para ligar os períodos “Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre para o mundo físico.” (32 a 33) e “São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e consequências diferentes.” (33 a 34), mantendo a relação entre as ideias que expressam, o autor poderia empregar a conjunção
- (A) pois.  
(B) mas.  
(C) e.  
(D) senão.  
(E) contudo.
- 9 No trecho “Não é difícil escolher quais dessas características deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.” (37 a 38), a expressão *gueto virtual* se refere a
- (A) uma minoria de internautas que divulgam informações de forma irresponsável.  
(B) *sítes* que congregam pessoas que compartilham opiniões sobre determinados temas.  
(C) espaços virtuais em que se refugiam pessoas que se consideram vítimas de mentiras.  
(D) grupos que pregam a intolerância e disseminam ideias preconceituosas na internet.  
(E) redes sociais que se propõem a promover a discussão a respeito de assuntos polêmicos.
- 10 O autor **não** empregou linguagem coloquial em
- (A) “Um bate-boca típico de bar” (02).  
(B) “Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que marcou o ano de 2015 no Brasil” (06 a 07).  
(C) “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo” (18).  
(D) “Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto” (23).  
(E) “Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro” (30).

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a vacância do cargo público decorrerá de
- (A) ascensão e transferência.  
(B) exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo acumulável e falecimento.  
(C) transferência, ascensão e redistribuição.  
(D) remoção, redistribuição, ascensão e transferência.  
(E) somente aposentadoria, falecimento e demissão.
- 12 Contemplam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de natureza especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade. O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de natureza especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular
- (A) superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.  
(B) superiores a 5 (cinco) e, no máximo, de 10 (dez) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.  
(C) superiores a 10 (dez) e, no máximo, de 15 (quinze) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.  
(D) superiores a 15 (quinze) e, no máximo, de 20 (vinte) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.  
(E) superiores a 20 (vinte) e, no máximo, de 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 13 Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, observados os preceitos indicados no item:
- (A) somente a manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidades.
  - (B) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades.
  - (C) somente a equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional.
  - (D) interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
  - (E) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
- 14 Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, conforme está previsto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Entende-se por modalidades de remoção
- (A) somente de ofício, no interesse da Administração; a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
  - (B) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial.
  - (C) somente a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
  - (D) somente a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
  - (E) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 15 Conceder-se-á ao servidor licença, conforme determinam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, nas seguintes situações:
- (A) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política e para capacitação, exclusivamente.
  - (B) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares, unicamente.
  - (C) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista.
  - (D) para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, somente.
  - (E) prêmio por assiduidade; por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, unicamente.
- 16 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações. São penalidades disciplinares:
- (A) advertência; suspensão; demissão; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
  - (B) advertência; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
  - (C) suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
  - (D) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade, exclusivamente.
  - (E) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada.
- 17 Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, conforme contempla o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que cria o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, combinado com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações. À Comissão de Ética incumbe
- (A) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão de diárias e passagens para tratar de quaisquer assuntos do órgão em que serve.
  - (B) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
  - (C) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, impossibilitando assumir cargos ou funções de confiança.
  - (D) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, proibido de receber promoção e posse em outro cargo inacumulável, quando for o caso.
  - (E) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão da aposentadoria.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 18 Estabelece o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. O dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, objetivando estabelecer a matriz de alocação de cargos e definir os critérios de distribuição de vagas, dar-se-á mediante
- (A) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - a análise dos processos e condições de trabalho, somente.
  - (B) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
  - (C) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
  - (D) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; III - a análise dos processos e condições de trabalho e IV - as condições tecnológicas da IFE.
  - (E) I - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
- 19 Institui o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
- (A) I - plano semestral de capacitação; II - relatório de execução do plano semestral de capacitação e III - sistema de gestão financeira.
  - (B) I - plano bimestral de capacitação; II - relatório de execução do plano bimestral de capacitação e III - sistema de gestão de informação.
  - (C) I - plano anual de capacitação; II - relatório de execução do plano anual de capacitação e III - sistema de gestão por competência.
  - (D) I - plano trimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
  - (E) I - plano quadrimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano quadrimestral de capacitação.
- 20 Estabelece o Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA – e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. O Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem o objetivo de formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, bem como coordenar e avaliar a execução dessas ações. O Comitê Gestor terá a seguinte composição:
- (A) I - um representante do Ministério da Educação, que o coordenará; II - um representante da Presidência do Senado Federal e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Educação.
  - (B) I - um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que o coordenará; II - um representante da Câmara e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação.
  - (C) I - um representante do Ministério da Cultura, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil do Governo do Estado e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Cultura.
  - (D) I - um representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que o coordenará; II - um representante do Ministério da Educação e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
  - (E) I - um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil da Presidência da República e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 O esquema conceptual (conjunto de infraestruturas) de um sistema de abastecimento de água para consumo humano é constituído por
- (A) manancial, estação elevatória, captação, adutora, estação de tratamento de água (ETA), reservatório e rede de distribuição.
  - (B) manancial, captação, estação elevatória, estação de tratamento de água (ETA), reservatório, adutora e rede de distribuição.
  - (C) manancial, captação, estação elevatória, estação de tratamento de água (ETA), adutora, reservatório e rede de distribuição.
  - (D) manancial, captação, adutora, estação de tratamento de água (ETA), estação elevatória, reservatório e rede de distribuição.
  - (E) manancial, captação, estação elevatória, adutora, estação de tratamento de água (ETA), reservatório e rede de distribuição.
- 22 Para a seleção do manancial devem ser considerados todos os mananciais que apresentem condições sanitárias satisfatórias e que, isolados ou agrupados, apresentem vazão suficiente para atender à demanda máxima prevista para o alcance do plano. Considere os itens relativos ao manancial selecionado tendo em vista os seguintes fatores:
- I Garantia de fornecimento da água em quantidade e qualidade. Deve ser feita retirada de amostras para exame físico, químico e bacteriológico.
  - II Proximidade ao consumo.
  - III Locais favoráveis à construção da captação.
  - IV Transporte de sedimentos pelo curso de água.
- Estão corretos os itens
- (A) I, II, III e IV.
  - (B) II e III, IV, somente.
  - (C) I, II e III, somente.
  - (D) I, III e IV, somente.
  - (E) III e IV, somente.
- 23 No estudo da projeção populacional de municípios e distritos, a ser utilizado em projetos de sistemas de abastecimento de água e de esgotos sanitários, deve-se levar em consideração os seguintes aspectos:
- I Qualidade das informações que servirão de base para a projeção populacional.
  - II Efeito do tamanho da área, pois, em geral, para áreas pequenas os erros esperados em uma projeção populacional são maiores.
  - III Período de tempo alcançado pela projeção: quanto mais longo, maiores serão os erros esperados.
  - IV Compatibilização das diversas projeções realizadas, para iguais níveis geográficos.
- Estão corretos os itens:
- (A) II, III e IV.
  - (B) II e III, somente.
  - (C) I, III e IV.
  - (D) I, II e III.
  - (E) I, e II, somente.
- 24 No Brasil, a prática consagrada para tratamento de águas superficiais, na maioria das situações, inclui as seguintes etapas:
- (A) clarificação, desinfecção, fluoretação e estabilização química.
  - (B) clarificação, fluoretação, desinfecção e estabilização química.
  - (C) estabilização química, clarificação, desinfecção e fluoretação.
  - (D) clarificação, estabilização química, desinfecção e fluoretação.
  - (E) estabilização química, clarificação, desinfecção e fluoretação.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 25 A rejeição de água com padrão organoléptico alterado é um comportamento de defesa intuitiva do homem, o que muitas vezes pode significar realmente uma alteração na qualidade da água. Quanto ao assunto, é correto afirmar que
- (A) os gostos e odores mais comuns podem ter origem biológica, origem física, origem química e origem de desinfetantes e subprodutos de desinfecção.
  - (B) o gosto e o odor também podem desenvolver-se durante a estocagem e distribuição da água devido à atividade microbiológica ou à corrosão de tubulações.
  - (C) o gosto e o odor na água para abastecimento usualmente deve-se à presença de matéria orgânica colorida (basicamente ácidos fúlvicos e húmicos), associada com fração húmica do solo.
  - (D) a cor da água deve-se à presença de matéria particulada em suspensão na água.
  - (E) a água fresca (fria) é geralmente menos palatável que a água quente.
- 26 Embora existam muitos parâmetros para medir a qualidade da água para consumo humano, apenas alguns merecem destaque. Então, é correto destacar
- (A) a demanda bioquímica de oxigênio (DBO): importante determinante da qualidade da água em rios, lagos e outros cursos de água.
  - (B) o oxigênio dissolvido: importante parâmetro indicador de potencial poluente de vários tipos de resíduos despejados nos cursos de água.
  - (C) os sólidos: elementos sólidos suspensos e resíduos sólidos totais, inclusive componentes que incluem sólidos dissolvidos, alguns dos quais podem ser prejudiciais à vida aquática ou à saúde das pessoas que consomem a água.
  - (D) o fósforo: parâmetro útil para medir a qualidade da água em rios e lagos.
  - (E) os parâmetros bacteriológicos: necessários para determinar o potencial de agentes infecciosos presentes, com bactérias e vírus patogênicos. Em geral, essas determinações são indiretas devido a problemas para conseguir amostras suficientes para uma variedade literalmente infinita de macro-organismos.
- 27 Muitos aquíferos e fontes de águas superficiais isoladas possuem água de boa qualidade que pode ser bombeada a partir da rede de suprimento e distribuição direta para atender, entre outros, ao consumo humano. Entretanto, tais fontes são a exceção, particularmente em regiões com alta densidade demográfica ou que apresentem alta concentração de produto agrícola. Neste caso, o fornecimento de água deve receber diferentes níveis de tratamento antes da distribuição. Quanto ao assunto, é correto afirmar que
- (A) a dureza é causada por cátions multivalentes – como o sódio, magnésio e ferro, que são dissolvidos do solo e rochas. Apesar de não causar problema à saúde, ela reduz a eficácia de sabões e causa a formação de crostas.
  - (B) águas superficiais não tratadas que entram em uma instalação de tratamento de água, em geral, apresentam grau significativo de turbidez causada por sólidos dissolvidos.
  - (C) a coagulação é a alteração física das partículas coloidais para que possam se aglutinar e formar partículas maiores conhecidas, como flocos.
  - (D) os sólidos suspensos que escapam da floculação e das etapas de sedimentação são retidos nas partículas de areia do filtro, por fim obstruindo o filtro lento.
  - (E) normalmente, a desinfecção é feita com cloro, que pode ser adquirido na forma líquida sob pressão, e liberado na água em forma de gás, utilizando um sistema de alimentação de cloro.
- 28 Em relação aos sistemas de esgotamento sanitário, é correto afirmar que
- (A) o sistema coletivo é caracterizado por coleta e/ou tratamento de pequena contribuição de esgoto sanitário proveniente de imóveis domiciliares, comerciais e públicos de locais normalmente desprovidos de rede coletora de esgoto.
  - (B) o sistema individual é constituído pelas unidades de coleta, elevação, tratamento e destino final.
  - (C) a unidade de coleta é formada por ligações prediais, coletores e órgãos acessórios.
  - (D) as estações elevatórias de esgoto (EEE) podem ser utilizadas no recalque do esgoto sanitário de um ponto de cota mais elevada até um ponto em cota mais baixa ou mais distante e podem ser localizadas no meio ou no final da rede coletora.
  - (E) a unidade de tratamento final é formada por dispositivos e tubulações destinados ao recebimento, transporte e lançamento do esgoto, bruto ou tratado, no corpo receptor.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 29 A unidade de coleta de esgoto sanitário é formada pelas tubulações que recebem e transportam o esgoto, indo do coletor predial até a unidade de tratamento ou de destino final. Quanto ao assunto, é correto afirmar que
- (A) a ligação predial deve ter, no mínimo, 75 mm de diâmetro.
  - (B) os coletores secundários são tubulações que podem receber e transportar contribuições de esgoto de ligações prediais e de coletores primários.
  - (C) os coletores primários recebem a contribuição de esgoto sanitário das ligações prediais em qualquer ponto de sua extensão e, normalmente, são instalados no passeio com pequeno diâmetro e extensão.
  - (D) o coletor predial é o conjunto de tubulações e dispositivos que interliga a instalação predial do imóvel à rede coletora.
  - (E) o interceptor recebe e transporta o esgoto dos coletores secundários da bacia de esgotamento até a estação elevatória ou do tratamento.
- 30 Os processos de tratamento dos esgotos são formados, em última análise, por uma série de operações unitárias, empregadas para remoção de substâncias indesejáveis, ou para a transformação destas substâncias em outras de forma aceitável. Quanto ao assunto, é correto afirmar que
- (A) a flotação é a operação pela qual a capacidade de carregamento da água é aumentada e sua capacidade de empuxo é então diminuída, às vezes, até pela adição de agentes flotantes.
  - (B) o gradeamento é a operação pela qual o material flutuante e a matéria em suspensão que for maior que as aberturas das grades, são retidas e removidas.
  - (C) a precipitação química é a operação pela quais substâncias químicas formadoras de flocos são adicionadas ao esgoto com a finalidade de se juntar ou combinar com a matéria em suspensão sedimentável e, particularmente, com a não sedimentável e com matéria coloidal.
  - (D) a coagulação química é a operação pela quais substâncias dissolvidas são retiradas de solução; as substâncias químicas adicionadas são solúveis e reagem com as substâncias químicas do esgoto.
  - (E) a oxidação biológica é a operação pela qual os micro-organismos decompõem a matéria inorgânica contida no esgoto ou no lodo e transformam substâncias complexas em produtos finais simples.
- 31 Em relação aos processos de tratamento de esgoto sanitário, é correto afirmar que
- (A) os processos químicos de tratamento de esgoto sanitário são os processos em que há utilização de produtos químicos, e são raramente adotados isoladamente.
  - (B) os processos de tratamento de esgoto sanitário podem ser classificados em físicos, químicos e biológicos. Esses processos atuam individualmente.
  - (C) os processos físicos de tratamento de esgoto sanitário têm, basicamente, a finalidade de separar as substâncias dissolvidas no esgoto.
  - (D) os processos químicos comumente adotados em tratamento de esgotos sanitários são gradeamento, coagulação e floculação, precipitação química, elutrição, oxidação química, cloração e neutralização ou correção do pH.
  - (E) os principais processos biológicos de tratamento de esgoto sanitário são oxidação química e digestão do lodo.
- 32 Em relação ao tratamento de águas residuárias industriais, é correto afirmar que
- (A) os sistemas físico-químicos por coagulação, quando concebidos unicamente, removem parcialmente a carga inorgânica, sendo às vezes necessário tratamento complementar.
  - (B) em algumas águas residuárias industriais é notória a elevada concentração de elementos como nitrogênio e fósforo.
  - (C) nos sistemas de tratamento biológico como, por exemplo, lagoas de estabilização, lodos ativados convencionais, lagoas aeradas e sistemas anaeróbios, é comum estimar-se a quantidade de nutrientes por meio das seguintes relações: Sistemas aeróbios  $DBO : N : P = 350 : 5 : 1$ .
  - (D) nos sistemas de tratamento biológico, como, por exemplo, lagoas de estabilização, lodos ativados convencionais, lagoas aeradas e sistemas anaeróbios, é comum estimar-se a quantidade de nutrientes por meio das seguintes relações: Sistemas anaeróbios  $DQO : N : P = 100 : 5 : 1$ .
  - (E) entre as indústrias em que os efluentes líquidos e as concentrações de nitrogênio e fósforo, ou de um deles, são insuficientes, podem ser citadas, por exemplo, as têxteis, de celulose e papel, de sucos concentrados de frutas, cervejarias e petroquímicas.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

33 As soluções eficazes de sistemas de drenagem urbana dependem de vários fatores. Considere as afirmações sobre o assunto:

- I Existência de uma política para o setor que defina objetivos a serem alcançados e os meios (legais, institucionais, técnicos e financeiros) para atingi-los.
- II Existência de uma política para ocupação do solo urbano devidamente articulado com a política de drenagem urbana, principalmente no que se refere à ocupação das várzeas de inundação.
- III Processo de planejamento que contemple medidas de curto, médio e longo prazo em toda a bacia, e integre as medidas de drenagem de águas pluviais no complexo menor do âmbito urbano.
- IV Existência de entidade eficiente que domine as tecnologias necessárias, implante obras e medidas, desenvolva atividades de comunicação social, promova a participação pública, estabeleça critérios, aplique leis e normas e, enfim, exerça, de forma positiva, a liderança do setor.

Estão corretas as afirmações

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) II e IV, somente.
- (D) I, II e IV.
- (E) II e III, somente.

34 A elaboração de planos diretores de drenagem urbana é medida altamente recomendável e constitui estratégia essencial para a obtenção de boas soluções de drenagem urbana. Analise as afirmações sobre o que possibilitam planos bem elaborados de drenagem:

- I Estudar a bacia hidrográfica como um todo e, conseqüentemente, chegar a soluções de grande alcance no espaço e no tempo, evitando medidas de caráter restrito que, não raro, apenas deslocam e mesmo agravam as inundações em outros locais.
- II Estabelecer normas e critérios de projeto uniformes para toda a bacia, tais como período de retorno a ser adotado, gabaritos de pontes e travessias.
- III Elaborar o zoneamento da várzea de inundação.
- IV Identificar áreas que possam ser preservadas ou adquiridas pelo poder privado antes que sejam ocupadas ou seus preços se tornem proibitivos.

Estão corretas as afirmações

- (A) III e IV, somente.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, somente.
- (E) II e III, somente.

35 As instalações prediais de água fria, para uso e consumo humano, regem-se pela NBR 5626/98 – Instalações Prediais de Água Fria. Para os efeitos desta norma, aplica-se a seguinte definição:

- (A) Água quente: Água à temperatura dada pelas condições do ambiente.
- (B) Aparelho sanitário: Componente destinado ao uso da água ou ao recebimento de dejetos líquidos e sólidos (na maioria das vezes pertence à instalação predial de esgoto sanitário). Incluem-se nessa definição aparelhos como bacias sanitárias, lavatórios, pias e outros, e, também, lavadoras de roupa, lavadoras de louça, banheiras de hidromassagem, etc.
- (C) Água potável: Água que atende ao padrão de potabilidade determinado pela Portaria nº 36 do Ministério do Meio Ambiente.
- (D) Barrilete: Tubulação que liga a fonte de abastecimento a um reservatório de água de uso doméstico.
- (E) Alimentador predial: Tubulação que se origina no reservatório e da qual derivam as colunas de distribuição, quando o tipo de abastecimento é direto.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

36 Considere os itens sobre as instalações de água fria a serem projetadas:

- I Preservar a potabilidade da água do sistema de abastecimento e do sistema de distribuição.
- II Promover conforto aos usuários (níveis de ruídos aceitáveis e peças convenientemente adotadas).
- III Proporcionar facilidade de manutenção, operação e futuros acréscimos.
- IV Possibilitar economia de água, energia e de manutenção.

Estão corretos os itens

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) II, III e IV, somente.
- (E) III e IV, somente.

37 A instalação predial de esgotos é o conjunto de aparelhos sanitários, tubulações e dispositivos destinados a coletar e afastar da edificação as águas servidas para fins higiênicos, encaminhando-as ao destino adequado. Estas instalações regem-se pela NBR 8160/99 – Sistemas Prediais de Esgoto Sanitário – projeto e execução. Para os efeitos desta norma, aplica-se a seguinte definição:

- (A) Caixa sifonada: Caixa onde se reúnem os efluentes líquidos, cuja disposição exija elevação mecânica.
- (B) Caixa de passagem: Caixa destinada a permitir a inspeção, limpeza, desobstrução, junção, mudanças de declividade e/ou direção das tubulações.
- (C) Caixa de inspeção: Caixa destinada a permitir a junção de tubulações do subsistema de esgoto sanitário.
- (D) Caixa coletora: Caixa provida de desconector, destinada a receber efluentes da instalação secundária de esgoto.
- (E) Altura do fecho hídrico: Profundidade da camada líquida, medida entre o nível de saída e o ponto mais baixo da parede ou colo inferior do desconector, que separa os compartimentos ou ramos de entrada e saída desse dispositivo.

38 O projeto e a construção do sistema de águas pluviais devem atender à NBR 10844/89 – Instalações Prediais de Águas Pluviais. Para os efeitos desta norma, aplica-se a seguinte terminologia:

- (A) Intensidade pluviométrica: volume de água precipitada por unidade de área horizontal.
- (B) Altura pluviométrica: quociente entre a altura pluviométrica precipitada num intervalo de tempo e este intervalo.
- (C) Perímetro molhado: linha que limita a seção molhada junto às paredes e a superfície do condutor ou calha.
- (D) Área de contribuição: soma das áreas das superfícies que, interceptando chuva, conduzem as águas para determinado ponto da instalação.
- (E) Seção molhada: área útil de escoamento em uma seção longitudinal de um condutor ou calha.

39 De acordo com o Art. 8º da Lei nº 12.305/2010, que trata dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, é correto afirmar que:

- (A) os inventários e o sistema declaratório semestral de resíduos sólidos.
- (B) a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.
- (C) os órgãos colegiados estaduais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos.
- (D) a prevenção e a precaução.
- (E) o desenvolvimento sustentável.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

40 O gerenciamento dos resíduos sólidos consiste no conjunto de ações, diretas ou indiretas, que envolve as etapas de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente correta dos resíduos sólidos e dos rejeitos (RSS), que devem estar em consonância com o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS). Quanto ao assunto, considere as afirmativas seguintes:

- I O PGRS indica as formas ambientalmente adequadas, desde as etapas de geração, acondicionamento, transporte, tratamento, reciclagem e destinação dos resíduos.
- II Os PGRS são, segundo o artigo 20 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), obrigatórios para determinadas empresas e instituições, que sejam geradoras dos seguintes resíduos sólidos: resíduos dos serviços de saneamento básico, resíduos industriais, resíduos de serviço de saúde e resíduos de mineração.
- III O PGRS é parte integrante e um dos requisitos exigidos em um processo de licenciamento ambiental de um empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
- IV O PGRS deverá conter os objetivos e as metas a serem alcançados. Deverá existir prioridade para a redução da geração na fonte, com a previsão de procedimentos e ações que priorizam a não geração de resíduos, bem como a reutilização e a reciclagem de resíduos.

Estão corretos os itens

- (A) I e IV, somente.
- (B) II e IV, somente.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e III, somente.

41 Sobre a Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Federal de Saneamento Básico, considere o Capítulo I, dos princípios fundamentais, em seu Art.3º, que trata dos efeitos da lei.

- I Abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento privado de água potável, desde a captação até as ligações prediais e os respectivos instrumentos de medição.
- II Esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente.
- III Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.
- IV Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) III e IV, somente.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e III.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

4.2 De acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 11.445/2007, que trata Do Planejamento, em seu Art. 19º, sobre a prestação de serviços públicos de saneamento básico, avalie as afirmativas a seguir:

- I Diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e ecológicos e apontando as causas das deficiências detectadas.
- II Objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais.
- III Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento.
- IV Ações para emergências e contingências.

Estão corretos os itens

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e III, somente.
- (E) III e IV, somente.

4.3 De acordo com a Lei nº 7.731/2013 – A Política Estadual de Saneamento Básico

- (A) a prestação de serviço público de saneamento básico é o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, de limpeza e manejo de resíduos sólidos e de drenagem, e manejo das águas pluviais urbanas.
- (B) a gestão associada é a ampliação progressiva do acesso da população ao saneamento básico para todos os domicílios ocupados.
- (C) o saneamento básico é a atividade, acompanhada ou não de execução de obra, com objetivo de promover e disponibilizar aos usuários o acesso a serviço público de saneamento básico, com características e padrões de qualidade determinados pela legislação, planejamento e regulação.
- (D) o controle social é o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.
- (E) a universalização é a associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal.

4.4 Fica definido, no Art. 9º da Lei Estadual de Saneamento Básico o Sistema Estadual de Saneamento, como o conjunto de agentes institucionais que, no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, interagem de modo articulado, integrado, cooperativo e em conformidade com os conceitos, os princípios, os objetivos e os instrumentos da Política Estadual de Saneamento. Quanto ao assunto, considere os itens seguintes:

- I Elaboração, execução e atualização do Plano Estadual de Saneamento Básico.
- II Elaboração e implantação de mecanismos de integração e articulação, para tratamento de questões de saneamento de interesse comum entre todos os agentes envolvidos no planejamento e na execução do saneamento básico no Estado.
- III Elaboração e implantação de mecanismos de articulação e integração com as Políticas Estaduais e Nacionais de Saúde Pública, Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Desenvolvimento Urbano e Habitação e com os Planos Estaduais e Nacionais de Desenvolvimento, respeitando o âmbito de suas respectivas competências e atuação.
- IV Definição dos recursos financeiros para o saneamento do Estado, propondo modelo, instituído por lei, para o Fundo Estadual de Saneamento.

Estão corretos os itens

- (A) II e III, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) II, III e IV, somente.
- (D) III e IV, somente.
- (E) I, II, III e IV.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

45 De acordo com a Lei nº 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, avalie as seguintes definições:

- I Acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.
- II Área órfã contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos.
- III Área contaminada: cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis.
- IV Ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final.

Estão corretos os itens

- (A) II, III e IV.
- (B) III e IV, somente.
- (C) I e IV, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) I, II e IV.